

**ASPECTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ATIVIDADE DE PESQUISA
EDUCACIONAL NO BRASIL: ANOS DE 1950**

**ASPECTS OF THE CONSTRUCTION PROCESS OF EDUCATIONAL RESEARCH
ACTIVITY IN BRAZIL: 1950S**

**ASPECTOS DEL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE LA ACTIVIDAD DE
INVESTIGACIÓN EDUCATIVA EN BRASIL: 1950**

MOURA, Aline de Carvalho
licacmoura@hotmail.com
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0001-6186-605X>

SOUZA, Alexandre Augusto e
augustoesouza@gmail.com
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-8749-225X>

RESUMO: O tema do artigo é a pesquisa educacional no Brasil, tendo como objetivo identificar aspectos de construção de seu campo de atividade no decênio de 1950, considerando a configuração do modelo de pesquisa que se construiu e se consolidou no país. Trata-se de um estudo bibliográfico fundamentado nas contribuições de Florestan Fernandes e nos argumentos que traduzem a presença de demandas do Estado, como também, de seu projeto desenvolvimentista associado aos processos de burocratização, bem como, especialização na construção institucionalizada da atividade de pesquisa educacional. Considerando as contribuições apresentadas, ratificam-se as formas de centralização, e também, controle do Estado nos processos institucionais que regularam os debates, as ideias e as iniciativas voltadas à atividade de pesquisa educacional.

Palavras-chave: Pesquisa educacional. Institucionalização. 1950. Projeto desenvolvimentista.

ABSTRACT: The theme of the article is educational research in Brazil, with the objective of identifying aspects of the construction of its field of activity in the 1950s, considering the configuration of the research model that was built and consolidated in the country. This is a bibliographic study based on the contributions of Florestan Fernandes and the arguments that reflect the presence of demands from the State and its developmental project associated with the processes of bureaucratization and specialization in the institutionalized construction of educational research activity. Considering the contributions presented, the forms of centralization and control of the

State in the institutional processes that regulated the debates, ideas and initiatives aimed at educational research activity are ratified.

Keywords: Educational research. Institutionalization. 1950. Developmental project.

RESUMEN: El tema del artículo es la investigación educativa en Brasil, con el objetivo de identificar aspectos de la construcción de su campo de actividad en la década de 1950, considerando la configuración del modelo de investigación que se construyó y consolidó en el país. Se trata de un estudio bibliográfico basado en los aportes de Florestan Fernandes y los argumentos que reflejan la presencia de demandas del Estado y su proyecto de desarrollo asociados a los procesos de burocratización y especialización en la construcción institucionalizada de la actividad investigadora educativa. Considerando los aportes presentados, se ratifican las formas de centralización y control del Estado en los procesos institucionales que regularon debates, ideas e iniciativas orientadas a la actividad de investigación educativa.

Palabras clave: Investigación educativa. Institucionalización. 1950. Proyecto de desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a pesquisa educacional no Brasil frente às articulações político-institucionais, nos dias de hoje, remete-nos a uma pré-ocupação em organizar a atividade de pesquisa educacional em seus primórdios. Entretanto, sabendo da impossibilidade de tratar de todos os processos que, de alguma maneira, influenciaram a produção de conhecimento em Educação no país, nos limites de um artigo, tomamos como caminho a delimitação temporal de acontecimentos que julgamos serem norteadores no processo de construção da atividade de pesquisa educacional no Brasil.

Como metodologia, optamos pela realização de pesquisa bibliográfica realizada por meio de um panorama descritivo sobre a construção da atividade da pesquisa educacional no Brasil, apresentando parte de sua trajetória, considerado, como pano de fundo, o ideário desenvolvimentista dos anos de 1950. A partir de considerações políticas, econômicas e sociais, pautamo-nos nas contribuições de Florestan Fernandes, com base no método da sociologia crítica, para identificar aspectos de construção da pesquisa educacional no Brasil e a forma como implementou suas atividades no decênio aqui trabalhado. Além disso, foi necessário trabalhar com alguns textos produzidos à época, material de pesquisa vinculado às publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio

Teixeira” (Inep), notadamente, periódicos vinculados a essa instituição, os quais registraram os resultados de pesquisas educacionais. As pesquisas produzidas traduziam as ideias proeminentes sobre o campo educacional, dentro e fora do país, corroborando para uma busca sobre os processos que configuraram a construção da pesquisa nesse período.

2 O RECORTE DE 1950 E O INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

No que diz respeito ao processo de construção da atividade de pesquisa instaurado no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, as heranças deixadas das décadas anteriores ao período de 1950 foram: as criações das primeiras ‘instituições-ponte’ entre o Estado e o desenvolvimento da Ciência (como exemplo, o Inep); a transição das fragmentadas instituições brasileiras de ensino superior para as universidades, mesmo que ainda dentro de um modelo frágil, mas já reconhecido como espaço de formação; a ênfase no conhecimento científico, embora ainda pautado em objetivos e direcionamentos ligados a uma burocracia estatal, que também foi formada naquele período.

Os conflitos e as incertezas deixados pela Segunda Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra favoreceram o crescimento econômico nacional, promovendo intensa campanha nacionalista, o que ocasionou a instalação de indústrias importantes como a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Siderúrgica Nacional, bem como importantes iniciativas tomadas nas áreas de energia e transporte. Com o forte processo de desenvolvimento que começou a ganhar corpo no país, surgiu a necessidade de implementar mudanças mais profundas nos processos educacionais, as quais tivessem encaminhamentos mais práticos.

Pensando os processos educacionais para todos, vinculados a uma preocupação com a onda desenvolvimentista que invadia o Brasil, Bergozza (2009) conta que Anísio Teixeira e Lourenço Filho afirmavam que “[...] a democratização do ensino se fazia necessária, quer pela necessidade de o Estado oferecer vagas, quer para atender às necessidades do tempo presente, tornando-se uma escola prática

para enfrentar as novas mudanças sociais e econômicas [...]” (BERGOZZA, 2009, p. 260).

Verificou-se, no decênio de 1950 (ALMEIDA, 1989), a multiplicação de iniciativas institucionais em favor da educação, mais especificamente preocupando-se com a ciência, a pesquisa e a sua institucionalização, pois o objetivo estava voltado para os projetos de crescimento e desenvolvimento nacional do Estado. Aquele momento passou a ser definido como um importante período de transição, cabendo ao Estado, o estabelecimento não só da direção, mas das metas de mudança. Dentre algumas mobilizações, destacaremos as que caracterizamos com maior influência no cenário da construção da atividade de pesquisa nacional.

Para implementar, organizar e consolidar as atividades de pesquisa, foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 17 de abril de 1951, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 11 de julho do mesmo ano. Essas iniciativas significaram um passo decisivo para o estabelecimento de um sistema institucional voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico no país (BRASIL, 2016). A criação do CNPq e da Capes foi um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no Brasil (MARTINS, 2003).

Apesar de a década de 1950 se configurar como o recorte temporal utilizado para a análise nesta pesquisa, por contemplar a criação de importantes interlocutores entre os processos educacionais mais abrangentes e o processo de construção da atividade de pesquisa educacional no Brasil, como a criação do CNPq e da Capes, outros fatores tiveram influência para que essa decisão fosse conclusiva.

Um dos aspectos está voltado para a nova ênfase do Inep, ou seja, a pesquisa que se fundava em investigações aplicadas, estudando obstáculos e resultados efetivos das políticas educacionais da época. No ano de 1952, Anísio Teixeira assumiu a direção do Inep, dando maior ênfase às questões da pesquisa, com o objetivo de estabelecer centros de pesquisa como uma forma de fundar bases científicas para a reconstrução educacional do Brasil, o diretor resolveu criar centros de pesquisas em algumas regiões do país (BRASIL, 2016).

Outro fator foi a criação do Centro de Documentação Pedagógica (CDP), em 1953. Apesar de Anísio Teixeira não ter fundado o Inep, ele o refunda (ROTHEN,



2005) mediante a criação do CDP, cuja função era “[...] integrar a atividade de pesquisa e de documentação, facilitando a sistematização dos trabalhos e a posterior divulgação de seus resultados” (SAAVEDRA apud ROTHEN, 2005, p.196).

Além disso, considerando a preocupação com a pesquisa, outro fator que contribuiu para a escolha desse recorte foi a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), pelo Decreto n.º 38.460, de dezembro de 1955, pouco antes da posse de Juscelino Kubitschek como novo presidente da República. O CBPE, com sede no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de buscar o fortalecimento da pesquisa e descentralizar as ações do Inep.

Juntamente com o CBPE, foram fundados os Centros Regionais de Pesquisa (CRPE), nas cidades de São Paulo - SP, Belo Horizonte - MG, Recife - PE, Salvador - BA e Porto Alegre - RS. Tanto o CBPE como os Centros Regionais estavam vinculados a uma nova estrutura do denominado, à época, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep).

O período abordado por esse trabalho foi marcado por grande desenvolvimento econômico-político-social no país, que constituiu um pano de fundo importante para o entendimento e a contextualização do momento de construção da atividade de pesquisa no Brasil e da pesquisa em educação.

A dinâmica dos anos 1950 pede o aprofundamento de análise de sua conjuntura sócio-política-econômica-cultural para que se possa compreender as configurações não só da educação brasileira, mas da pesquisa nessa área, bem como o processo de institucionalização, burocratização e especialização da construção da atividade de pesquisa. Nesse sentido, antes de partirmos para uma discussão institucional, traremos algumas considerações socioculturais desse período da história, no intuito de corroborar com o entendimento de como as políticas educacionais, bem como de institucionalização da pesquisa, articulavam-se às transformações na sociedade brasileira.

3 1950: DE MUDANÇAS SUPERFICIAIS ÀS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

O período de 1945 a 1964, que engloba o período aqui estudado, foi marcado pelo que se convencionou denominar nacional-desenvolvimentismo (SILVA, 2002),

quando os discursos sobre justiça social e construção de uma sociedade democrática juntavam-se aos anseios pelo desenvolvimento industrial, baseado no planejamento e pelo crescimento social. Nesse cenário de mudança, o Estado planejador exercia papel central na busca desse desenvolvimento econômico, razão segundo a qual, o Estado deveria ser forte e organizado.

No Brasil, essas transformações foram consolidando-se, principalmente ao longo da década de 1950. Assim como em todo o mundo, houve, no Brasil, um processo de urbanização que, por consequência, estimulou a formação de uma sociedade de massa e de consumo, inspirada no modelo norte-americano de vida, o *American Way of Life*, termo que traduziu uma forma de pensar o mundo e viver a vida dentro de determinados padrões. O processo de urbanização e industrialização do Brasil não constituiu um fato excepcional, ao contrário, foi um processo que se incluiu na ordem das ocorrências do desenvolvimento econômico internacional (FERNANDES, 2008).

Não só a população assumia novos padrões de comportamento, como também, a paisagem mudava. Prédios eram construídos, casas com estilos modernos, moda, novos hábitos e valores, dentre muitas outras transformações. Naquele momento, consolidava-se a chamada sociedade urbano-industrial, sustentada por uma política desenvolvimentista que foi se aprofundando ao longo da década e, com ela, um estilo de vida difundido por revistas, pelo cinema, pelo rádio e pela televisão que, em 1950, chegou ao Brasil (FERNANDES, 1995).

Esse vigor cultural e estético marcou anos de renovação ao longo de toda a década de 50, encontrando eco junto aos setores das camadas médias urbanas em franca expansão, sobretudo no meio universitário. Foram “anos dourados” consagrados no governo Juscelino Kubitschek através de um debate geral sobre a reconstrução nacional, que permaneceu em curso durante toda a década de 1950 e primeiros anos da década de 1960.

Pensando todo o panorama de mudanças e tendo como ponto de partida as obras de Florestan Fernandes, nas quais, não se encontram respostas fechadas ou conclusões definitivas, mas pistas de caminhos a serem seguidos, buscamos, com base em seus estudos, principalmente nos da década de 1950, traçar algumas características desse decênio de muitas mudanças políticas, econômicas e sociais.

Florestan Fernandes fez importantes formulações nas décadas de 1950 e 1960, “[...] época extremamente rica de acontecimentos, de produção e debate de ideias, de controvérsias intelectuais e políticas” (CARDOSO, 1996, p. 100). Esse período caracterizou-se por um momento em que a ideologia do desenvolvimento foi dominante no Brasil. O apelo ideológico em nome do progresso e da riqueza material da nação foi forte, pois esse desenvolvimento anunciava tempos de prosperidade e soberania nacional, promovidos pelo crescimento econômico acelerado da época.

Para se tentar compreender o momento de planejamento e desenvolvimento que impulsionava o país no decênio de 1950, utilizamos um estudo feito por Silva (2002), pesquisadora que explica os direcionamentos políticos da época em prol das mudanças no país:

No Brasil, depois de quase dez anos de Estado Novo o país retoma o caminho democrático. Não que isso tenha marcado uma ruptura radical com o período anterior: o presidente eleito em 1945 foi Eurico Gaspar Dutra, antigo chefe das Forças armadas de Getúlio. Apesar de 20 anos de continuidade democrática, podemos encontrar diferenças entre as políticas econômicas adotadas por Dutra (1945-51), Getúlio Vargas (1951-54), Juscelino Kubitschek (1956-60) e no instável período entre 1961-64. Octavio Ianni divide esse período com relação a sua política econômica, definindo o período Dutra (46-50) como Política Econômica Liberal, o período Vargas (50-54) como Desenvolvimento e Capitalismo Nacional, o período JK (55-60) como Industrialização e Interdependência e o período de 1961-64 como crise da Democracia. Com exceção do último período, a busca pelo investimento estrangeiro (controlado/taxado ou não) por um lado, e a racionalização da administração pública, por outro, eram vistos como as melhores formas de realização de metas de desenvolvimento e democratização. A criação da Escola Brasileira de Administração de Pessoal de Ensino (Ebap, 1952) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes, 1951) nesse período corroboram essa interpretação (SILVA, 2002, p. 85-86).

Tal estudo corrobora a ideia de que não só a década de 1950, mas os anos de seu entorno, apesar de possuírem algumas características diferentes e divergirem quanto à forma de estruturação das políticas de crescimento do país, traduziram um período que possuía o anseio pela mudança e pelo desenvolvimento da nação.

Caracterizou esse mesmo período, os anos de 1950, a passagem de uma ordem estamental para uma ordem competitiva (FERNANDES, 1995), num momento em que as ideias de democracia eram enfatizadas para diminuir o poder das oligarquias, fortificar a burguesia nascente e dar certa participação eleitoral às massas.

Muitas foram as transformações na sociedade no decênio de 1950. Foram mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais num cenário de modificações constantes. Na medida em que a burguesia nacional lutava pelo desenvolvimento capitalista no país (FERNANDES, 2008), em termos de uma política de associação dependente, ela articulava-se aos variados interesses externos. Essas influências criavam e recriavam novas estruturas sociodinâmicas que dirigiam um processo de reorganização da política, mas, principalmente, da economia.

Diante de tantas transformações, era inegável que a educação deveria acompanhar a formulação de uma nação moderna e soberana. A educação precisou acompanhar o novo ritmo da sociedade que se consolidava dentro de um modelo urbano-industrial, sustentada por uma política desenvolvimentista, que foi se aprofundando ao longo, sobretudo, da década de 1950. A concepção do Brasil como uma sociedade em transformação já estava presente, mesmo que de forma crua e incipiente (SILVA, 2002), desde as primeiras décadas do século XX, mas se tornou central a partir dos debates educacionais, mormente na década de 1950, em razão das políticas econômicas implementadas.

No novo momento pelo qual atravessava o Brasil, passava a configurar uma necessidade de formação da nacionalidade fundamentada no papel influente da educação como função construtiva e propulsora do processo de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira. Entretanto, há que se pensar qual era o papel da educação naquele momento e a forma como se articulavam as mudanças da época.

Na sessão Documentação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada no número 70 do ano de 1958, a Constituição declarava que a educação é direito de todos (art. 166) e, por isso, deveria ser assegurada pelo Estado. A ideia de que todo o ensino deve emanar do Estado já não era nova à época, mas era, certamente, alheia à tradição brasileira.

Foi em meio a esse processo intenso de mudanças no cenário econômico-sócio-político que a educação passou a ganhar maior visibilidade, bem como os processos a ela referentes, em um movimento de construção de uma nova identidade para os processos educacionais no Brasil.

O ideário desenvolvimentista e o pragmatismo que cercava o cenário educacional brasileiro, apesar de suas naturezas diversas, mostravam grande

afinidade no contexto histórico do Brasil dos anos de 1950, por circularem no mesmo espaço institucional e por se encontrarem na base das políticas voltadas a tirar o país do atraso social (CHAVES, 2006).

Em síntese, a ideologia desenvolvimentista deveria constituir-se a partir de uma vocação nacional de cunho transformador, que, por sua vez, ao fundamentar as políticas educacionais da época, contribuiria para a consolidação do próprio processo de desenvolvimento nacional idealizado pelo discurso desenvolvimentista.

Para os formuladores dos ideais desenvolvimentistas, seria importante que o Estado cumprisse uma função de destaque, implementando uma política de planejamento e, ao mesmo tempo, incentivando a criação de uma ciência nacional.

Florestan Fernandes analisou as questões da “modernização planejada” e das mudanças sociais controladas e se preocupou com possibilidades, condicionamentos e exigências da constituição do saber científico no Brasil. Para ele, o processo de modernização e desenvolvimento está vinculado a um método de desenvolvimento científico, no qual, a ciência é processo intelectual e é fenômeno histórico-cultural (FERNANDES, 2008). Nesse sentido, a atividade científica exige condições científicas, histórico-culturais e sociais.

Nesse contexto de mudanças do cenário político, histórico-cultural e, principalmente, econômico nos anos de 1950, configurava-se um movimento de constituição do próprio campo educacional no Brasil dentro de um novo olhar pró-desenvolvimento, que procurava dar maior estatuto científico aos estudos relacionados à educação, fazendo-se cada vez mais necessário pensar a construção da atividade de pesquisa e o processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil.

4 PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ANOS DE 1950

Em sua trajetória, a institucionalização configura-se e se reconfigura, alcançando estágios de diferenciação que desafiam o entendimento, seu percurso e sua dinâmica. O processo de institucionalização é mais do que uma questão de mudança de perspectivas e implementações de iniciativas, pois envolve também sua

incorporação em papéis definidos, de acordo com determinados interesses. É a partir dessa compreensão sobre os processos de institucionalização que pensaremos a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil, entendendo esse processo como parte de um processo maior, no qual interesses políticos, econômicos, sociais e culturais se articulam e rearticulam.

Processos de institucionalização possibilitariam a articulação de novas atividades e práticas para a realização de um processo de mudanças, especialmente, quando as correspondentes transformações se desenvolvem em ambientes com condições adversas à sua realização (FERNANDES, 2011).

Destaca-se que nenhum grupo social está previamente capacitado para reproduzir técnicas e valores por conta do subaproveitamento dos aspectos material e humano disponíveis (FERNANDES, 1981). A resolução dessa problemática esteve na formação em larga escala, pela via institucional. As instituições atuaram na resolução desse problema recompondo a perda de referências a serem utilizadas no âmbito de uma coletividade, atuando sob as ações que se tornaram obsoletas para as novas demandas socialmente estabelecidas. Sem a presença de instituições capazes de atuar sob uma coletividade, todo o processo de mudanças ficaria em suspenso e não haveria regularidade para a condução da vida coletiva e cotidiana.

A atuação institucional é representada pela normatização de uma série de atividades e de processos cotidianos. Trata-se de uma intervenção planejada sob as mudanças em curso, auxiliando na reorganização da vida cotidiana e desencadeando obrigações práticas e morais, além de controles para restringir ou eliminar desvios prejudiciais ao equilíbrio e ao rendimento dos sistemas de poder econômico e político.

As instituições, como difusoras/indutoras, estimulariam as transformações em uma sociedade a partir de ações objetivas e, previamente, definidas. Numa sociedade, constantemente, em mudança, esperava-se que as atividades sociais, de modo institucionalizado, passassem a ocupar posições estratégicas para a consolidação das políticas desenvolvimentistas. Por intermédio das instituições, seria possível buscar meios para racionalizar o trabalho e o aperfeiçoamento das técnicas direcionadas ao trabalho, exigindo-se grandes modificações no âmbito da educação. Demandou-se, à época, a formação de centros de estudos especializados na problemática educacional, como o CBPE, criado nos anos de 1950. As pesquisas educacionais



realizadas através da criação do CBPE e seus centros regionais ganharam “[...] um espaço específico de produção, formação e estímulo” (GATTI, 2001, p. 66).

Identificou-se, nas instituições educacionais, uma possibilidade para o reajustamento coletivo às situações sociais que se alteraram rapidamente. Atribuiu-se às instituições educacionais a maior parcela de responsabilidade pela preparação dos indivíduos para as novas técnicas de trabalho em difusão. Certas instituições atuariam, uniformemente, sobre a média da população e poderiam contribuir mais que outras, assegurando a continuidade das transformações econômico-políticas. Para Fernandes:

A sociedade brasileira [nos anos 50] está sendo modelada por forças econômicas, sociais e culturais que exigem uma política nova no setor da educação. Para isso, precisamos urgentemente de um centro de investigações [...]. Uma política educacional com fundamentos realistas e baseada nos resultados da investigação científica, nas condições da sociedade brasileira atual (FERNANDES, 1966, p. 572).

Para o Inep, instituto diretamente ligado ao CBPE, a atividade de pesquisa educacional era um mecanismo de apoio às transformações sociais. Através das pesquisas, buscar-se-iam metas e se confrontariam adversidades para o avanço social. As culturas não eram estáticas ou imutáveis, sobretudo naquele momento pelo qual a sociedade brasileira passava. Segundo o Inep:

Cumprir elaborar continuamente novos planos, para resolver novos problemas e atingir novas metas. Sem a base firme de fatos fidedignos, colhidos através da pesquisa, sem a clara orientação de princípios comprovados nos experimentos de pesquisa, o povo lutará às cegas para solucionar os seus problemas, formular os seus planos, atingir as suas metas (BRASIL, 1956, p. 142).

À educação, coube o papel de promover a compreensão e a utilização construtiva das forças do trabalho, necessárias para a vida social. Às instituições de pesquisa em educação, conferiu-se a missão de ampliar a capacidade de observação sobre os aspectos que produzissem e regulassem o encadeamento dos fatos sociais agregados ao processo educativo, no intuito de ampliar a capacidade de interrogação dos sentidos, sua ordenação e suas constantes reformulações diante de fatos novos (FERNANDES, 1966). O entendimento era o de que a educação era parte de uma sociedade e que se organizava, como também, se desenvolvia conforme a forma de organização da sociedade correspondente.



Cada pessoa encontra-se, desde o nascimento, sob a influência de determinados objetos e práticas. A educação estaria vinculada à transmissão de certas práticas e à contribuição para a formação de modos de entendimento do presente, conhecendo e reconhecendo certas influências, bem como, proporcionando sua assimilação, acumuladas e aceitas na vida em comum. Trata-se de um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente nem adquiridos espontaneamente, mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passariam a operar como se fossem naturais.

Às instituições educacionais, demandou-se a introdução de novos critérios de formação para um melhor aproveitamento do trabalho humano. Uma sociedade com mais e novas atividades, graças ao progresso científico e tecnológico, refletiu certas demandas de viver, próprias à época. Constituiu-se a necessidade de formas e sistemas de ensino mais complexos, em razão do patamar dos problemas sociais, gerando ações especializadas para o tratamento de demandas sem solução aparente.

A ascensão do papel do Estado na institucionalização da pesquisa em educação deveu-se à urgente reorganização da sociedade. No que se refere à pesquisa em educação, tratou-se do desenvolvimento de novos modelos formativos, direcionados para a ambientação às novas técnicas e às novas formas de trabalho em ascensão. A educação tornou-se fundamental para a manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico, bem como, demandou a inserção de práticas de pesquisa inovadoras na e para a educação, no contexto de enfrentamento dos problemas não só educacionais, mas também sociais. A atividade de pesquisa educacional fez-se estratégica para atender às necessidades sociais e econômicas urgentes por meio do planejamento das ações educacionais.

A pesquisa educacional passou a ser compreendida como mecanismo de intervenção nos problemas enfrentados pelo país, para além da ação pedagógica, com a participação dos resultados de pesquisas e dos pesquisadores no planejamento das ações do Estado. A construção da atividade da pesquisa educacional esteve vinculada à demonstração de auxílio direto dos resultados de pesquisas no âmbito da formação em massa e, também, da gestão de um sistema educacional em formação e expansão. Compreendeu-se, nesse processo, a investigação sobre as mudanças

técnicas direcionadas ao trabalho e à necessidade de novos processos de aprendizagem. Segundo Hylla (1956), passou-se a promover o maior e mais intenso desenvolvimento da educação baseada em uma perspectiva de ciência, segundo a qual se estuda e se ensina mais para aprender a estudar e ensinar melhor, dentro de um processo de ação humana e não apenas como um interesse no campo do conhecimento.

Nesse momento da história, passa a se configurar uma concepção de ciência que supera a visão tradicional até então implementada, considerando a ciência como uma aliada no processo de desenvolvimento do conhecimento e da sociedade. Na busca por uma essência que traduza sua real intenção na sociedade, para além dos interesses mais aparentes, o campo da educação, foco deste trabalho, passou a buscar na ciência respostas às questões mais gerais da sociedade.

Segundo Cardoso (1996), na concepção de Florestan Fernandes, a ciência é tomada como um valor, cabendo à pesquisa científica, sistemática e rigorosa explicar a realidade social dentro de determinados parâmetros que devem ser considerados na sociedade. A autora entende a ciência na especificidade que lhe é própria, mas ainda na sua relação com a sociedade, da qual é parte específica, mas apenas parte.

Importante salientar que, para atender às demandas da sociedade brasileira, ávida pelo crescimento econômico-político-social, foi necessário todo um processo de busca por critérios de cientificidade que valorizassem um novo modelo de ciência baseada no racionalismo técnico, buscando eliminar o acaso e o imprevisível, por meio de procedimentos que traduzissem metas, através de objetividade, praticidade e funcionalidade, imprimindo processualidade e fidedignidade aos acontecimentos. Auxiliando na promoção do modelo desenvolvimentista alavancado nesse período histórico do país, tornou-se necessária a constituição de políticas públicas que, por meio institucional, delimitava uma série de controles exercidos por especialistas que se ocupavam em articular os interesses do Estado às novas preocupações educacionais, por intermédio de um modelo científico e, também, burocrático.

Nesse sentido, com uma preocupação que ultrapassava os limites meramente educacionais ou inseridos no campo do conhecimento sobre as políticas educacionais da época, a educação precisou mudar, a atividade de pesquisa precisou mudar, as configurações referentes às pesquisas educacionais precisaram mudar, mas não

pelos propósitos educacionais em si, mas sim por questões econômico-políticas mais gerais da sociedade desenvolvimentista que se configurava no Brasil na década de 1950. Tantas mudanças e transformações se tornaram não apenas necessárias, mas urgentes ao processo de desenvolvimento da educação, da pesquisa de maneira geral, em especial da pesquisa em educação, no intuito de promover, de fato, o processo de modernização e desenvolvimento da sociedade.

5 A BUROCRATIZAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO COMO ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA ATIVIDADE DE PESQUISA EDUCACIONAL INSTITUCIONALIZADA: ANOS DE 1950

Nos anos de 1950, a produção de pesquisas educacionais concentrou-se no âmbito estatal, em órgãos do Ministério da Educação e Cultura e em algumas secretarias estaduais de educação. A pesquisa educacional tornou-se parte dos processos de planejamento econômico nacional, sendo inserida nos órgãos e instituições estatais (GATTI, 2001). A atividade de pesquisa educacional passou a ser entendida como estratégica para a implementação das políticas de desenvolvimento.

Inserida no âmbito do Estado, a pesquisa educacional ganhou um modo de estruturação e operacionalização de suas atividades. A inserção da atividade de pesquisa educacional no âmbito da estrutura e das políticas estatais foi decorrência de certas características das transformações ocorridas no Brasil. Para pensar o forte processo de institucionalização vivido na década de 1950, é necessário considerar as mudanças provocadas no mundo não só após a Segunda Guerra Mundial, mas, principalmente, a partir dela, pois o mundo pós Segunda Guerra Mundial caminhava em ritmo intenso e acelerado, buscando, como nunca, o desenvolvimento.

Verificou-se a transformação de uma sociedade que diversificava e especializava sua produção material, rompendo com a produção caracteristicamente manual ou pouco mecanizada para uma produção gradativamente mecanizada, seriada, especializada e que, ao mesmo tempo, tornava-se diversa em tipos de objetos produzidos, bem como no aumento exponencialmente quantitativo da produção.

Nesse contexto econômico, o Estado e suas instituições, dentre elas a de pesquisa educacional, foram moldados estrutural e operacionalmente, atuando por meio da racionalidade técnica, difundida pelo modo de produção mecanizada, notadamente, industrial.

O processo de burocratização e especialização da atividade de pesquisa em educação influenciou, diretamente, no planejamento das ações de pesquisas educacionais. Por meio de ações planejadas, buscou-se eliminar as ações orientadas pelo acaso e pelo imprevisível, substituindo-as por ações objetivas, práticas, funcionais, de grande alcance e impacto social. O Estado, patrocinador das pesquisas educacionais, passou a influenciar, diretamente, o gerenciamento institucional e a condução da atividade de pesquisa educacional, que passou a ser constituída pelas necessidades burocráticas, imprimidas pelas ações do Estado, especificamente, pelas políticas educacionais, então, demandadas pelas políticas de desenvolvimento.

A opção pela burocracia e pela especialização da atividade de pesquisa foi moldada pelo propósito de absorção dos resultados de pesquisas educacionais e de incorporá-los, administrativamente, para o planejamento e a execução racional dos recursos destinados à educação. A atividade de pesquisa educacional passou a ser compreendida para além do campo de atuação pedagógica, conferindo-se à pesquisa em educação um caráter político, econômico, social e cultural.

Atendendo ao objetivo proposto para este artigo, ou seja, de identificar aspectos da construção da atividade de pesquisa educacional no decênio de 1950, considerando a configuração do modelo de pesquisa que se construiu e se consolidou no país, é necessário compreender que a construção da pesquisa educacional, bem como de seu campo de atividade, estava, diretamente, ligada à busca pelo desenvolvimento.

O Brasil sofreu forte influência econômica, política e ideológica de outros países, em especial dos EUA, o que implicou o estímulo à penetração da cultura norte-americana, bem como do ideário pragmatista, também no campo da educação, em especial, na figura de John Dewey, além das influências de áreas de pesquisa como psicologia, sociologia e filosofia. De fato, esse processo de influência já se iniciara no país, desde os tempos da guerra, ampliando-se no pós-guerra, porque se difundia em



todo o mundo ocidental um espírito de otimismo e de esperança, um novo modo de viver propiciado pelo forte desenvolvimento industrial.

Configura-se (SILVA, 2002), naquele contexto, uma associação entre educação e projeto nacional, sistematizando a relação entre conhecimento social e políticas públicas. Surge, naquele momento, uma preocupação com a política científica, associada às áreas das ciências sociais, que assumiam compromissos em três níveis de pesquisa:

[...] pragmático (em seu compromisso com a utilidade e serviço de promoção da democracia liberar), metodológico (tratava-se de um campo de conhecimento interdisciplinar e comprometido com os diferentes contextos de aplicação) e epistemológico (tratava-se de uma teoria empirista do conhecimento). (WAGNER apud SILVA, 2002, p. 27).

A visão da pesquisa, em especial da pesquisa educacional, passa a considerar essa nova sociedade, esse novo homem e esse novo momento da história dentro de uma relação de interdependência. O alargamento da concepção de educação como socialização (SILVA, 2002) teve repercussão direta na produção de conhecimento educacional. O fato de enxergar o Brasil como um todo, suas regiões, suas diferenças, seus problemas, sua história e suas potencialidades, promoveu não só a mudança de um viés psicológico para um viés sociológico, mas promoveu mudanças em toda a concepção de fazer ciência e pesquisa em educação.

Num primeiro momento (SILVA, 2002), em razão das questões de compreensão do homem como ser individual, pesquisavam-se, com maior ênfase, questões da psicologia, em um segundo momento, com um crescimento nos modelos de pesquisa voltados às questões da sociedade, o campo da sociologia assumiu um importante papel nas discussões das pesquisas educacionais, pois muitas mudanças estavam acontecendo na sociedade brasileira, desde o êxodo entre os espaços rurais e os espaços dos grandes centros urbanos, como a própria estrutura de organização de trabalho, produção e divisão social. Além das pesquisas de cunho sociológico, decorrentes do momento que se instaurava na sociedade, passou-se a existir também um olhar para as pesquisas na área de organização e estruturação da educação e administração pública.

Aponta-se (GOUVEIA, 1971), os anos de 1950 como o verdadeiro marco do surgimento de estudos e pesquisas sobre as relações e articulações entre educação



e sociedade. Com isso, ainda para a autora, o campo educacional tornava-se objeto de pesquisa, em especial nas ciências sociais, momento em que o interesse pela modernização do país, estimulado pelas políticas de desenvolvimento, passava a envolver a academia.

A área do conhecimento educacional crescia na medida em que a relação entre o que se produzia como conhecimento vinculava-se aos interesses do Estado. Os recursos orçamentários para a educação aumentaram na década de 1950 (FERNANDES, 1966), principalmente entre 1951, ano de criação da Capes e do CNPq, e 1958, ano em que se verifica a elevação dos vencimentos do funcionalismo, com forte injeção de recursos financeiros no ano de 1955, ano de criação do CBPE e início de criação dos CRPE.

A presença estatal na construção da atividade institucionalizada de pesquisa em educação direcionou a produção intelectual nos espaços de pesquisa, interferindo na criação, na produção de pesquisas e de seus resultados, na condução do tipo de pesquisas a serem realizadas, no que poderia ou não ser pesquisado e no que seria ou não relevante para a educação. A atividade de pesquisa e, especialmente, os modos de investigação na educação tornaram-se reflexo das prioridades do Estado e de suas políticas aplicadas nos processos de desenvolvimento nacional.

Nesse momento, quando a preocupação com o desenvolvimento nacional se expandia para as mais diversas áreas da sociedade, o campo da educação ganhou destaque. As pesquisas passaram a direcionar seus esforços às questões de formação e expansão do sistema educacional, destacando-se, assim, um caráter democrático da educação. Pessoas de diferentes classes sociais passaram a ter seu espaço no sistema, mesmo que esse espaço ainda estivesse imerso em outros interesses para além do conhecimento. Para acompanhar o desenvolvimento industrial crescente no país, era necessária uma população alfabetizada que servisse de mão de obra no novo cenário econômico de produção.

Dentro de uma articulação direta e indireta entre os interesses educacionais, sociais, políticos e econômicos, configuraram-se alguns processos de burocratização e especialização como aspectos vinculados à atividade de pesquisa institucionalizada, em especial no campo da educação, configurando-se, a partir desse momento, um

novo modelo de pesquisa que se construiu, como também, se consolidou no país, ou seja, um modelo mais técnico, pragmático e sistematizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de pesquisa no Brasil, na década de 1950, não apenas era vinculada de forma institucional ao Estado, mas também, seguia os modelos de burocratização e especialização próprios para atender às demandas de uma sociedade imersa no desejo e na necessidade de crescer, modernizar-se, assim como, se desenvolver. O direcionamento, a organização ou, até mesmo, o controle do que era produzido como produção de conhecimento não eram diferentes na atividade de pesquisa em educação, uma vez que esse campo se apresentava como o melhor caminho para os processos desenvolvimentistas do país.

O ideário desenvolvimentista suscitou a produção de políticas para a execução de um projeto de sociedade transformada pela produção de novos objetos e técnicas, em absorção em larga escala. Através do Estado, constituíram-se políticas, o que demandou a criação de instituições voltadas à administração de pessoal e de pesquisas (Capes, CNPq, CBPE), imprimindo uma centralização e organização, ou seja, uma institucionalidade aos processos de mudanças sociais. Tais processos institucionais carregaram, juntamente, o modo de operacionalização de funcionamento das instituições, a burocratização. Pelo processo burocrático, buscou-se o aproveitamento material e humano disponíveis, operando pela especialização (definição de papéis), pelo planejamento (imposição e projeção de metas) e pelas normatizações (condução de processos), com fins de incorporação de resultados à administração das políticas públicas.

Partimos da afirmação de Anísio Teixeira, em seu texto *A administração pública brasileira e a educação*, no ano de 1956, publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*: “O Estado, como organização, busca a centralização como forma de exercício do seu domínio – não para produzir, mas para controlar” (TEIXEIRA, 1956, p. 4). Compreendendo-se as formas de centralizar e controlar o que vinha sendo discutido e pensado sobre a educação – seu papel, sua identidade, suas relações, também, suas articulações sócio-político-econômicas, assim como, suas



possibilidades de ação –, foram criadas instituições, como também, processos institucionais que regulassem os debates bem como, as ideias e abrangessem as problemáticas voltadas para a educação nacional.

A pesquisa é uma atividade básica de indagação e descoberta, uma atitude e uma prática teórica de constante busca, que define um processo de investigação. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados da realidade. Desse modo, vimos, nesse artigo, a necessidade de pensar a atividade de pesquisa atrelada aos acontecimentos da sociedade.

A pesquisa não se realiza fora da vida social, não é isolada da realidade. Ela está presente nas atividades do homem em determinada sociedade e em determinado momento da história, por isso, deve ser usada como instrumento de enriquecimento do conhecimento (FERNANDES, 1966). A pesquisa deve fazer sentido dentro dos recursos disponíveis numa dada sociedade, num dado momento. As escolhas sobre as questões a serem pesquisadas envolvem escolhas da sociedade.

O desenvolvimento da atividade de pesquisa educacional, na década de 1950, estaria ancorado na necessidade de resolução dos problemas elencados nas políticas de educação. Com isso, a forma de estruturação e operacionalização das instituições de pesquisa em educação desencadeou a constituição de um modelo institucional que correspondeu, assim como, corresponde até os dias atuais, à burocratização e à especialização de suas atividades.

O processo de burocratização foi, e ainda, é marcado pela aplicação mais eficaz dos recursos das políticas econômicas, na lógica do menor custo e da maior produtividade. O processo de especialização das atividades das instituições de pesquisa em educação foi marcado pelo auxílio à difusão do conhecimento, e também, à sua conservação, assim como acontece nos dias de hoje. Entretanto, apesar desses processos e da importância significativa da institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, provedora dos avanços na construção da atividade de pesquisa no país, é preciso fazer a ligação entre o que era produzido frente às necessidades e às demandas da sociedade em 1950, bem como refletir sobre a produção do conhecimento na contemporaneidade, visto que a atividade de pesquisa

em educação caminha, ainda hoje, pautada nos processos sócio-político-econômicos mais abrangentes que direcionam a sociedade.

ALINE DE CARVALHO MOURA

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed-UERJ). Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação - ESPE/UFRRJ, e pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (Episteme) ProPed/UERJ.

ALEXANDRE AUGUSTO E SOUZA

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed- UERJ). Bolsista ProATec de apoio à pesquisa (ProPed/UERJ). Pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (Episteme) ProPed/UERJ.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 188-216.

BERGOZZA, R. M. História da educação: uma forma de aprender. *Revista Conjectura*, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, p. 255-260, maio/ago. 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 123-157, jul./set.,1956.

BRASIL. Ministério da Educação E Cultura (MEC). *Conselho Nacional de Pesquisas*. História. Disponível em: [http// www.cnpq.gov.br](http://www.cnpq.gov.br). Acesso em: 17 jan. 2016.

CARDOSO, M. L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.10, n. 26, p.1-26, jan./abr.,1996.

CHAVES, M. W. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisa*, n. 129, v. 36, p. 705-725, 2006.

FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966, 614p.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 283p.

FERNANDES, F. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, 131 p.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 2008, 359p.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2011. 504p.

GATTI, B. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, s/v, n. 113, p. 65-81, jul., 2001.

GOUVEIA, A. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico*. Rio de Janeiro, v.55, n.122, p. 209-241. 1971.

HYLLA, E. A natureza e as funções da pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 78-90, jul./set., 1956.

MARTINS, C. B. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: FERREIRA, M.; MOREIRA, R. L. (Orgs.). *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV*. Brasília: CAPES, 2003, p. 294-309.

ROTHEN, J. C. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr., 2005.

SILVA, G. M. D. da. *Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 203 p.

TEIXEIRA, A. A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 61, p. 3-23, jan./mar. 1956.